AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4.762 - CLASSE 2ª - RIO DE JANEIRO (70ª Zona - Paracambi).

Relator : Ministro Francisco Peçanha Martins.
Agravante : Délio Cesar Leal.
Advogado : Dr. Eduardo Damian Duarte.

Ementa:

AGRAVO. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. NEGADO PROVIMENTO.

- O prazo de um ano previsto no inciso II do § 1º do art. 55 do Código Eleitoral conta-se da inscrição imediatamente anterior ao novo domicílio.

- A exceção prevista no § 2º do art. 55 do Código Eleitoral é para o servidor público civil, militar ou autárquico que foi removido ou transferido e para seus familiares.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao agravo, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes os Srs. Ministros Carlos Velloso, Gilmar Mendes, Francisco Peçanha Martins, Humberto Gomes de Barros, Luiz Carlos Madeira e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral. Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 24 de agosto de 2004.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4.775 - CLASSE 2ª - SERGIPE (14ª Zona - Maruim).

Relator : Ministro Francisco Peçanha Martins.
Agravante : Alberto de Jesus Guimarães.
Advogado : Dr. Gilson de Jesus Guimarães e outros.

Ementa:

AGRAVO. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO NÃO INFIRMADOS. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. NEGADO PROVIMENTO.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao agravo, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes os Srs. Ministros Carlos Velloso, Gilmar Mendes, Francisco Peçanha Martins, Humberto Gomes de Barros, Luiz Carlos Madeira e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral. Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 24 de agosto de 2004.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 21.435 - CLASSE 22ª - ESPÍRITO SANTO (Vitória).

Relator : Ministro Francisco Peçanha Martins.
Recorrente : Sul Comunicação Ltda.
Advogada : Dra. Alessandra Sara da Costa Leal.
Recorrida : Procuradoria Regional Eleitoral/ES.

Ementa:

RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÃO 2002. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. *OUTDOORS*. MULTA. CONDENAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No pleito de 2002, a veiculação de propaganda eleitoral mediante *outdoor* explorado comercialmente, mesmo que instalado em terrenos particulares, submete-se às regras específicas do art. 42 da Lei nº 9.504/97.

II - Inexistência de ofensa ao art. 5º, inciso IX, da CF, dado que as restrições ao exercício da propaganda eleitoral visam, sobretudo, ao equilíbrio do pleito, à proteção das garantias também constitucionais de legitimidade das eleições e de isonomia entre os candidatos.

III - Impossibilidade de aplicação da Res.-TSE nº 20.562/2000 para as eleições de 2002. Incidência, na espécie, do art. 15, § 1º, da Res.-TSE nº 20.988/2002.

IV - Os partidos políticos não estão obrigados a encaminhar para as empresas de publicidade o resultado do sorteio de que trata o *caput* dos arts. 42 da Lei nº 9.504/97 e 15 da Res.-TSE nº 20.988/2002.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes os Srs. Ministros Carlos Velloso, Gilmar Mendes, Francisco Peçanha Martins, José Delgado, Luiz Carlos Madeira, Gerardo Grossi e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral. Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 12 de agosto de 2004.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 21.592 - CLASSE 22ª - SÃO PAULO (354ª Zona - Cajamar).

Relator : Ministro Francisco Peçanha Martins.
Recorrente : Silvío Roberto Cavalcanti Peccioli.
Advogado : Dr. Antônio Carlos Mendes e outros.
Recorrida : Comissão Provisória Municipal do Partido Progressista (PP) e outro.
Advogado : Dr. Christopher Rezende Guerra Aguiar e outros.

Ementa:

ELEIÇÃO 2004. IMPUGNAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHEÇO DO RECURSO.

- Da decisão interlocutória proferida no processo eleitoral não cabe agravo, visto que a matéria não é alcançada pela preclusão, podendo ser apreciada por ocasião do julgamento de recurso contra a decisão de mérito, dirigido à instância superior.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes os Srs. Ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Francisco Peçanha Martins, Humberto Gomes de Barros, Luiz Carlos Madeira, Caputo Bastos e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral. Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 26 de agosto de 2004.

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 147/2004**RESOLUÇÕES**

21.869 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.259 - CLASSE 19ª - BAHIA (Utinga).

Relator : Ministro Francisco Peçanha Martins.
Interessada : Corregedoria Regional Eleitoral da Bahia.
Interessado : José Raimundo do Rosário Cazumbá.

Ementa:

REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO ELEITORAL. FECHAMENTO DO CADASTRO. TRANSFERÊNCIA. INVIABILIDADE DE INCLUSÃO EM FOLHA DE VOTAÇÃO. EXERCÍCIO DO VOTO. REGISTRO DE CANDIDATURA. IMPOSSIBILIDADE.

A inviabilidade de imediata regularização da inscrição, de forma a assegurar que conste em folha de votação, impossibilita o gozo das prerrogativas inerentes à condição de eleitor.

Regularização que somente poderá ser requerida após a reabertura do cadastro.

Vistos, etc.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, decidir a questão, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes os Srs. Ministros Carlos Velloso, Gilmar Mendes, Francisco Peçanha Martins, Luiz Carlos Madeira, Caputo Bastos e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral. Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 3 de agosto de 2004.

Superior Tribunal de Justiça

PRESIDÊNCIA**DISTRIBUIÇÃO**

ATA Nº 3069 DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2004

Presidente: O Exmo. Sr. Ministro EDSON VIDIGAL

Subsecretario(a): Maria Aparecida do Espírito Santo

Às 10:00 horas, no Gabinete da Presidência, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

(1)

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 1419 - SP (2004/0133440-0)

REQUERENTE : MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
PROCURADOR : CLÁUDIA JACINTHO DOS SANTOS E OUTROS

REQUERIDO : JUIZ PRESIDENTE DO PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMPETRANTE : VALDOMIRO MONTES JÚNIOR
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 21/09/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(2)

RECLAMAÇÃO Nº 1706 - RJ (2004/0133468-6)

RECLAMANTE : ALCENOR PIMENTEL FITARONI - ESPÓLIO

RECLAMANTE : CRISTIANE FITARONI SENNA
ADVOGADO : PEDRO PAULO MARQUES CAJATY
RECLAMADO : JUÍZA DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INTERES. : HILDA MACHADO DE SOUZA
RELATOR : MINISTRO JORGE SCARTEZZINI - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 21/09/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(3)

ACÇÃO RESCISÓRIA Nº 2075 - PR (2001/0194223-1)

AUTOR : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER E OUTROS

RÉU : MADEIREIRA SÃO PEDRO DE VACARIA LTDA

ADVOGADO : PAULO MACARINI E OUTROS
RELATORA : MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA SEÇÃO

MINISTROS QUE NÃO CONCORREM : MINISTRA ELIANA CALMONMINISTRO CASTRO MEIRAMINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINSMINISTRO FRANCIULLI NETTOMINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Atribuição em 21/09/2004.

CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(4)

PETIÇÃO Nº 3359 - DF (2004/0119277-0)

REQUERENTE : EDUARDO AUGUSTO COELHO
REQUERENTE : ELSON SOARES
REQUERENTE : FILOMENA MARIA MOREIRA ROSAL
ADVOGADO : ELTON CALIXTO
REQUERIDO : UNIÃO
RELATOR : MINISTRO FRANCIULLI NETTO - CORTE ESPECIAL

Distribuição automática em 21/09/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(5)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6190 - DF (1999/0013594-6)

IMPETRANTE : ANTÔNIO DE PÁDUA RABELO PIRES
ADVOGADO : CLÁUDIA LADEIRA ORNELAS
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA
RELATOR : MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA - TERCEIRA SEÇÃO

Redistribuição automática em 21/09/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(6)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 8652 - DF (2002/0123772-7)

IMPETRANTE : ANTONIO MARQUES
ADVOGADO : JOSÉ DA SILVA CALDAS E OUTROS
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

RELATOR : MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA - TERCEIRA SEÇÃO

Redistribuição automática em 21/09/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(7)

MEDIDA CAUTELAR Nº 8950 - RJ (2004/0131395-0)

REQUERENTE : MARIA CRISTINA PAGLIAMINUTO
ADVOGADO : VÍTOR DOS SANTOS MARTINS FERREIRA E OUTROS

REQUERIDO : PST VEÍCULOS E PEÇAS LTDA
REQUERIDO : FIAT VEÍCULOS S/A

REQUERIDO : BANCO FIAT S/A
RELATOR : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo AG 522608 (2003/0083925-0) em 21/09/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(8)

MEDIDA CAUTELAR Nº 8958 - GO (2004/0133301-0)

REQUERENTE : COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS - CELG

ADVOGADO : LUIZ OLIVEIRA DA SILVEIRA FILHO E OUTROS

REQUERIDO : TUBOLAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 21/09/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR